

A ÁFRICA OCIDENTAL FRANCESA E O SURGIMENTO DO CINEMA NA ÁFRICA NEGRA

DAVID MARINHO DE LIMA JÚNIOR*

O presente trabalho tem por objetivo traçar um panorama geral da formação política e cultural da África Ocidental Francesa, percorrendo temas que vão desde a forma específica assumida pelo colonialismo francês na região, até as maneiras de resistência das populações locais. O intuito é expor, baseado nas mais recentes obras sobre África contemporânea, uma visão sobre o fim do processo de colonização e o início do processo de libertação que não se restrinja à perspectiva europeia, mas que também não ignore a assimetria na correlação de forças devida ao peso da empresa colonial e seus interesses econômicos.

Partindo do contexto geral da formação da África Ocidental Francesa (AOF), pretendo reconstituir um cenário que nos permita analisar o surgimento do cinema na África independente, que não por acaso, encontra na África francófona sua origem. O papel do Senegal é preponderante nesse processo, uma vez que foi uma das colônias mais importantes no âmbito da AOF, devido a sua posição estratégica (Dacar, capital senegalesa, é a cidade mais ao ocidente da África continental), e é de onde surgem os primeiros filmes já no início da década de 1960.

Não é minha intenção realizar um debate mais aprofundado sobre as diversas formas de colonialismo que existiram sobre a África durante a ocupação europeia, me deterei, por enquanto, apenas na sua versão francesa, tentando traçar um panorama geral que leve em conta as suas diferentes posturas ao longo do episódio colonial e suas diversas formas de interação com as realidades materiais locais.

Ressalto a avaliação de John Iliffe no que diz respeito ao contato colonial. Não se sustenta a abordagem que define o contato como um episódio superficial na História do continente, assim como não é sustentável defender que a presença colonial destruiu as tradições africanas e se impôs incondicionalmente. Nas palavras de Iliffe:

* Mestrando em História Social da Cultura pela PUC-Rio, bolsista CAPES.

O novo não se limitou a substituir o velho, misturou-se com ele, por vezes revitalizou-o, e produziu novas sínteses distintamente africanas. O capitalismo, a urbanização, o cristianismo, o islamismo, a organização política, a etnicidade e as relações familiares assumiram todas formas específicas quando os africanos as remodelaram para que fossem ao encontro das suas necessidades e tradições. Ver o colonialismo como agente destruidor da tradição é subestimar a resistência africana. Vê-lo como simples episódio é subestimar tudo o que a civilização industrial ofereceu aos africanos do século XX (ILIFFE, 1999:275)

É importante distinguir que o colonialismo francês por si só não representa uma práxis única, a própria divisão administrativa sugere isso. As possessões francesas na África se dividiam entre a AOF - composta por Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Guiné Francesa, Alto-Volta (atual Burkina Faso), Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Níger e Mauritânia - e a África Equatorial Francesa (AEF) – composta por Congo-Médio (atual Congo), Chade, Oubangui-Chari (atual República Centro-Africana) e Gabão.

A administração colonial francesa possuía uma linha de comando que funcionava da seguinte forma, segundo as denominações aplicadas por Majhemout Diop (In: MAZRUI; WONDJI, 2011), cada agrupamento de colônias possuía um governador-geral que respondia ao ministro das colônias na França e que governaram por decreto durante boa parte da ocupação colonial. Já os territórios sob mandato eram geridos por um alto-comissário da República. Uma diferença importante era que na AOF e na AEF havia alistamento militar, enquanto nos territórios sob mandato não, e nesse último caso, a França submetia sua administração à Sociedade das Nações através de um relatório anual.

Voltando a atenção agora para a AOF, abaixo de cada governador-geral existia um tenente-governador, que era responsável por cada colônia. Ele era o chefe administrativo e contava com representantes no interior da mesma, uma vez que cada uma estava dividida em circunscrições. Em cada circunscrição havia um comandante de círculo. Somente na AOF havia uma centena de circunscrições, segundo Majhemout Diop.

Abaixo dos comandantes de círculo existiam os chefes de Cantão ou chefes de comunidades, que compunham a última instância do alcance administrativo colonial. Nas palavras de Diop: “Em princípio, as antigas famílias reinantes garantiam estas funções mas, na

realidade, estes chefes eram somente auxiliares cujo papel consistia, essencialmente, em executar as ordens recebidas do comandante de círculo” (In: MAZRUI; WONDJI, 2011: 71).

Apesar da submissão administrativa reservada aos representantes africanos no sistema colonial, a maneira como Diop expõe a participação africana implica uma passividade questionada pelos estudos que compõem o livro *Intermediaries, Interpreters, and Clerks – African Employees in the Making of Colonial Africa*. O papel dos chefes locais e outros funcionários africanos, não implica necessariamente uma função passiva de meros lacaios do governo colonial.

Apontar os africanos que participavam da administração como meros colaboradores implica ignorar a complexidade da dominação colonial, é associar esse domínio com uma aceitação passiva por parte dos mesmos. Se faz necessário observar o contexto social, econômico e político de cada localidade para obter uma análise mais clara da relação estabelecida entre o regime colonial e aqueles que desejavam subordinar.

Segundo Diop, o comandante de círculo era a face do poder colonial em contato com os povos da África Ocidental Francesa. Ele centralizava as atribuições no território sob sua responsabilidade, e essas atribuições iam desde exercer o poder político-administrativo, até o recrutamento militar e de mão de obra forçada. Apesar de seu papel ser claramente ligado à exploração colonial, defender que ele só trabalhava em benefício da França, sem qualquer compromisso com as reivindicações locais, é transformá-lo em mero laiaio, ignorando as formas de resistência presentes por parte dos povos africanos.

Com relação às regiões rurais Diop diz: “o conselho de notáveis preparava as pesquisas de recenseamento e coletava o imposto de capitação, ele o fazia por ordem do governo e não na qualidade de representante do povo” (In: MAZRUI; WONDJI, 2011: 73). Mais uma vez é importante observar a brecha aberta pelo colonialismo, o fato do conselho de notáveis se subordinar oficialmente a um representante francês não implica sua submissão cega e a ausência de interesses por parte desse grupo, nas palavras de Lawrence, Osborn e Roberts: “*The Africans who rendered crucial services to Europeans also acquired skills, knowledge, and situated*

authority with which they furthered their own strategies of accumulation” (LAWRANCE; OSBORN; ROBERTS, 2006: 5).

Partindo dessa explicação sobre a estrutura do colonialismo francês, podemos entrar no contexto de crise do sistema colonial. Na chamada “década de ouro” do colonialismo (1935-1945), que Majhemout Diop prefere chamar de “década de ouro do extremismo de direita na Europa”, acontecem mudanças nas relações das colônias francesas com sua metrópole que jamais seriam revertidas.

As transformações que tomam curso em meados da década de 1930 não podem ser afastadas da dimensão da grande crise do capitalismo que tomou lugar na virada da década de 1920. Como aponta Iliffe, a reação do estado francês foi quadruplicar “o investimento nas colônias (sobretudo através da concessão de empréstimos) para que as exportações coloniais pudessem manter o comércio externo e os mercados coloniais conseguissem absorver a produção excedentária francesa” (ILIFFE, 1999: 286-287).

Um importante período na relação entre a França e suas colônias africanas foi o da formação da Frente Popular que chegou ao poder em 1936. Apesar de uma orientação socialista, não alcançou nenhuma transformação administrativa relevante no sistema colonial. No embate com fortes tendências à direita, a Frente Popular se limitou a proclamar a necessidade de “extrair do sistema colonial o máximo de justiça social e de potencial humano”, nas palavras do próprio ministro das colônias à época, citado por Diop, que complementa: “Ele recomendava algumas reformas, mas sem indicar os meios necessários à sua realização. No momento da queda da Frente Popular, suas modestas ideias reformistas não haviam encontrado nenhum eco favorável na África colonial” (In: MAZRUI; WONDJI, 2011: 72-73).

O pessimismo de Diop não corresponde com precisão ao que se sucedeu ao governo dos socialistas, uma vez que a vida na colônia foi fortemente influenciada pelo governo da Frente Popular. A legalização dos sindicatos em 1937 ampliou muito o alcance da ação política dos africanos, que agora podiam contar com meios mais abrangentes de organização, favorecendo a politização da população sob domínio francês, sobretudo nos meios urbanos. A organização de

greves, como a dos ferroviários em Thiés (1938), eram um indício das mudanças que foram favorecidas pela Frente Popular.

A chegada da Segunda Guerra Mundial acelerou o processo de mudanças que teve início na década de 1930, o que leva Diop a afirmar que o período tido como o auge do colonialismo seria na realidade o começo da sua decadência. E o caso francês mais uma vez se destaca com relação aos outros.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a França já possuía uma tradição em utilizar tropas compostas por africanos oriundos de suas possessões coloniais. Já na Primeira Guerra Mundial, os africanos haviam combatido pela França em todas as frentes. O recrutamento e o alistamento militar (muitas vezes forçados) se acentuaram a partir de 1930, com a proximidade do conflito mundial, engrossando as fileiras dos *tirailleurs sénégalais* (atiradores senegaleses), que recebiam esse nome apesar de serem recrutados em qualquer possessão colonial francesa dentro das federações.

Com a invasão da França pelos alemães em 1940 e a instauração do regime de Vichy, as possessões coloniais se dividem. A AOF, através de seu governador-geral, proclama fidelidade ao governo fascista, enquanto a AEF se alinha com o general De Gaulle e é seguida por Camarões e pelo Níger, que meses antes da tentativa de retomada da capital da AOF por ingleses e franceses havia se alinhado com De Gaulle. Apesar da divisão, e da posição que cada grupo de colônias assumiu na guerra, em nenhum dos casos houve benefícios a nenhuma das duas confederações de colônias.

Com o início da Segunda Guerra, a vida dos meios rurais sofre uma mudança. A tensão entre a população rural e os chefes de cantão, seguidos pelos comandantes de círculo, aumenta significativamente devido ao esforço de guerra. Essa relação, que até 1939 Diop afirma ter sido estável e baseada na tradição patriarcal (In: MAZRUI; WONDJI, 2011: 81), se desdobra no descrédito de boa parte dos chefes locais, por serem associados ao aumento da exploração do colonialismo pela população. Essa iniciativa política está diretamente ligada ao surgimento dos primeiros dirigentes, pois eram eles que encaminhavam as reclamações contra os chefes às

instâncias superiores, que muitas vezes resultavam na revogação da autoridade desses chefes e até mesmo em prisões.

O saldo final da Segunda Guerra Mundial para o colonialismo francês foi drástico. E não só pela economia arrasada pela guerra e a necessidade do esforço de reconstrução da própria metrópole. A guerra ajudou a expor os mecanismos de exploração do colonialismo, acentuado pelo esforço de guerra demandado tanto por De Gaulle quanto pelo governo de Vichy, sendo que no último, ainda foi possível experienciar o racismo institucional na forma da segregação racial.

A natureza do colonialismo francês era bem clara inclusive na Conferência de Brazzaville (1944), que foi quando o governo francês no exílio, sob o comando do general De Gaulle, reuniu seus políticos e os altos funcionários das suas colônias para discutir os rumos do colonialismo no continente. A conferência não contou com a participação de nenhum representante africano e também não abriu nenhuma via para uma possível descolonização. Limitou-se apenas a prometer, em um futuro indeterminado, a possibilidade de uma participação dos africanos na gestão dos seus próprios assuntos.

A derrota da ameaça fascista na Europa não diminuiu o racismo e o imperialismo europeu, mas sim, ajudou a construir uma África que possuía muito mais meios de suportar a dominação colonial. Desde o período entre guerras, novas formas de resistência africana estavam se solidificando na AOF, como os movimentos políticos que ganhavam força com seus sindicatos e greves, como as manifestações religiosas e culturais, como o surgimento dos jornais que funcionavam como principal instrumento de circulação de ideias políticas nas colônias, e, principalmente, como o sentimento nacionalista, em muito reforçado pela participação das tropas dos atiradores senegaleses na guerra.

Iliffe ilustra bem essa tomada de consciência política ao dizer:

A guerra não contribuiu só com o recrutamento de soldados africanos, porque embora alguns tivessem adquirido uma consciência política mais aguda, quase todos regressaram tranquilamente à vida civil. O impacto das privações, da inflação e da repressão exercida sobre os civis foi mais importante, permitindo-lhes ter uma maior consciência dos acontecimentos mundiais e em especial dos mecanismos de controle em tempo de guerra, que concitaram o descontentamento contra os governos territoriais (ILIFFE, 1999: 303).

Na Assembleia Nacional Constituinte francesa, em 1945, os africanos puderam eleger seus deputados, ainda que o número de votantes fosse bastante limitado, 117 mil de um total de 16 milhões de habitantes. Segundo Jean Suret-Canale e A. Adu Boahen, “o general De Gaulle esperava através dessa representação colonial, compensar o previsível crescimento da esquerda na França” (In: MAZRUI; WONDJI, 2011: 207). Acreditava-se que os colonizados seriam manipuláveis e votariam de acordo com a administração, mas não foi isso que se verificou. A maioria dos africanos eleitos militava pelo fim do regime colonial e se alinharam com partidos de esquerda.

Uma mudança acontecia especificamente no Senegal, mesmo que a possibilidade de voto não fosse novidade para a colônia. Os que possuíam cidadania francesa já participavam das eleições, a novidade estava na expansão desse direito, que, segundo Iliffe: “permitiu que as elites rurais elessem deputados, em especial Leopold Senghor, que criou um partido nacional para destruir o monopólio urbano da política moderna” (ILIFFE, 1999: 305).

Nessa constituinte foram colocados em pauta vários avanços no sentido da emancipação política das colônias. Deputados como Senghor e Félix Houphouët-Boigny redigiram leis que incluíam a abolição do trabalho forçado, a extinção do regime do indigenato, a concessão de cidadania francesa a todos os colonizados, o estabelecimento das liberdades de expressão e de associação, dentre outras que buscavam deixar o caminho livre rumo à independência dos países da “União Francesa¹”. Essa Constituição foi rejeitada por sufrágio universal devido a uma forte campanha de oposição encabeçada pela direita, e a nova Constituição de 1946, quando a esquerda já não tinha mais a maioria, recuou em vários pontos.

A inflexibilidade do governo francês no sentido de colocar em pauta a independência das suas colônias africanas sofre uma alteração no curso da década de 1950. A derrota na Indochina, as independências da Tunísia e do Marrocos e o início da guerra de libertação da Argélia, forçam o governo francês a adotar outra estratégia, aparentemente mais flexível, no tocante às suas outras possessões na África.

¹ Termo criado na Conferência de Brazzaville em substituição às antigas denominações administrativas sobre as colônias francesas na África, ou seja, o antigo império colonial francês.

Em 1958, De Gaulle retorna ao poder e se engaja em uma nova Constituição que tem por objetivo transformar os territórios de além-mar em repúblicas, com eleições para substituir seus governadores por presidentes, pela primeira vez sinalizando algum tipo de independência. Mas seu intuito é transformar a União Francesa em Comunidade Francesa, deixando bem claro que a França se reserva uma série de atribuições e que a independência total é incompatível com o pertencimento à Comunidade Francesa.

A nova proposição é submetida à voto na África francesa e a administração colonial consegue a aprovação em quase todas as colônias, com exceção da Guiné, que se torna independente em 1958. E extinção da AOF pela nova Constituição provocou o que os autores supracitados chamaram de “balcanização” do conjunto francês, e prosseguem:

O Senegal e o Sudão francês tentaram nela (na nova Constituição) apoiar-se criando uma “Federação do Mali”, à qual o Alto-Volta e o Daomé foram primeiramente associados, mas eles a deixaram em breve e sob a pressão marfinense. Reduzida a dois membros, a Federação do Mali requereu a sua independência (em 1959) e a França foi obrigada a resignar-se em aceitá-la no dia 20 de junho de 1960, ao preço de uma revisão da Constituição (In: MAZRUI; WONDJI, 2011: 213).

Ainda em 1960, Daomé, Níger, Alto-Volta, Costa do Marfim e Maurítânia proclamam independência. Tendo perdido completamente o controle da situação, e sem ver realizada sua intenção de manter controle direto sobre as colônias, tal como manifestado na sua concepção de Comunidade Francesa, De Gaulle não possui poder de reação e não apresenta resistência a série de independências que se sucederam ao longo do ano de 1960, mantendo somente o Djibuti² e as ilhas do oceano Índico sobre a influência da Comunidade Francesa.

Um adendo deve ser feito nesse momento para esclarecer um ponto referente à independência da África Ocidental francesa. No que diz respeito à participação africana na libertação da região, os autores Jean Suret-Canale e A. Adu Boahen afirmam que o governo francês foi quem determinou de fato a concessão e o calendário na independência de suas colônias na região, negando aos nacionalistas africanos uma participação determinante no processo.

² O Djibuti realiza novo plebiscito e se torna independente em 1977.

John Iliffe nos lembra que, apesar de todas as diferenças entre as posturas das grandes potências coloniais após o fim da Segunda Guerra Mundial, um fator era constante: ao reagirem aos desafios nacionalistas africanos, todas estavam atentas aos cálculos da Guerra Fria. Ou seja, a repressão desses movimentos de independência poderia resultar no fortalecimento de forças políticas aliadas ao bloco rival, afastando de maneira definitiva as colônias da esfera de influência francesa.

Além do cálculo político, também é importante a dimensão econômica. Ao criar entraves para a independência, a França teria de arcar, nas palavras de Iliffe, “com os custos de reprimir o nacionalismo e de modernizar o colonialismo, que cresciam a par do aumento da população. (...) Os tecnocratas franceses começaram a pensar nas colônias apenas como um fardo para os sectores mais progressistas da indústria” (ILIFFE, 1999: 319).

Dessa maneira, por mais que as datas das independências estejam atreladas às manobras políticas e necessidades econômicas do governo francês e o processo tenha se dado de forma não militarizada, os agentes africanos eram parte integrante dessa equação. Relegar a força do nacionalismo e das instituições políticas que se formavam nas colônias a um plano passivo é por demasiado simplista.

Parece-me mais sensato avaliar que, esgotada as possibilidades de manter controle direto sobre suas colônias, o governo francês optou, estrategicamente, por manter relações amistosas com suas antigas colônias, uma vez que o desejo de manter o controle sobre as mesmas estava presente, como pudemos constatar em todas as manobras políticas, mas eram incompatíveis com a nova conjuntura que emergia no pós-guerras. E não foi sem custos que a França chegou a essa avaliação, vide as guerras da Indochina (onde fora derrotada) e da Argélia (que se iniciava).

O sentimento anti-colonial não se restringia à militância dentro dos partidos políticos, culturalmente muito vinha sendo produzido pelos africanos no sentido de uma busca pela emancipação do jugo colonial. Em 1947 é fundada em Paris a revista *Présence Africaine*, pelo senador socialista senegalês Alioune Diop, que, segundo os autores supracitados, apesar de não assumir uma postura de enfrentamento direto com o regime colonial, buscava afirmar uma

identidade cultural nas origens africanas, postura que ia de encontro com a ideologia colonial francesa (In: MAZRUI; WONDJI, 2011: 217).

Contraopondo-se a essas manifestações que evitavam o embate político direto, muitos artistas dentro das colônias manifestavam nas suas obras um marcante discurso anticolonial, como os poetas Bernard B. Dadié, Jean Malonga e Fodeba Keita, que através do jornal Réveil, publicado em Dacar, divulgavam seus trabalhos e não abriam mão de seu posicionamento político. Keita produzia também balés de sua autoria e os discos com seus poemas chegaram a ser proibidos na AOF por serem considerados subversivos.

Um dos principais desafios pós-coloniais, portanto, era a busca de uma arte legitimamente africana, uma forma de expressão dos sentimentos por tanto tempo oprimidos, a busca pela identidade interrompida com a chegada do invasor, enfim, uma busca pela descolonização da mente³. Mais do que qualquer outra forma de arte, o cinema sofre com uma série de especificidades que descrevo a seguir.

A primeira grande limitação que surge no tocante à produção cinematográfica é em relação aos recursos necessários. O custo de produção de um filme não é algo que pode ser custeado pelo autor (salvo raras exceções, e geralmente quando se limita a gêneros mais baratos, como o documentário), o que submete a produção cinematográfica a um aporte de capital. Segundo a clara regra do capitalismo, não se investe em nada sem esperar um retorno satisfatório, portanto agrega-se ao cinema a função de ser rentável para que seja um “investimento” atrativo. O que leva André Malraux⁴ a afirmar que o cinema é uma arte, mas também uma indústria.

Na África o cinema surge junto com a independência, e possui duas características marcantes. Primeiro, como Guy Hannebelle afirma, ele surge do nada: “Diferentemente das tendências contemporâneas do mundo inteiro, não precisaram (os africanos) romper com um

³ O termo “descolonização da mente” é utilizado pelo queniano Ngũgĩ Wa Thiong’o e consiste na afirmação de que não é suficiente a descolonização política para o surgimento de uma arte autenticamente africana, se faz necessário primeiro uma descolonização cultural, que só pode ser alcançada através da ruptura de todos os laços com o colonizador.

⁴ Escritor francês que lutou contra a ocupação nazista na França durante a Segunda Guerra Mundial.

cinema tradicional anterior, pela simples razão de que antes deles nada existia!” (HANNEBELLE, 1978: 154). Em segundo lugar, a ausência de uma indústria cinematográfica não possibilitava investimentos na produção, mas nos primeiros anos da independência, alguns países se engajaram nos seus cinemas, chegando a nacionalizar parte do circuito de produção e distribuição na década de 1960.

Acho importante nessa altura lançar luz sobre o cinema produzido ao norte do Saara. Mahomed Bamba defende que o cinema na África começa no dia em que o primeiro africano faz um filme. Essa observação remete ao Egito e a Tunísia da década de 1920, sendo que essas produções estão ligadas a uma cinematografia do mundo árabe, e, acho relevante ressaltar, produzida em países sob forte presença colonial.

Por esse motivo, na historiografia sobre os cinemas que surgem na década de 1960 é recorrentemente utilizada a denominação de cinema da África negra. No entanto, eu concordo com o posicionamento de Ngugi Wa Thiong’o, que defende que: “É necessário que existam filmes feitos por africanos sobre a condição africana, antes que se possa falar sobre o cinema africano” (In: MELEIRO, 2007: 27), o que nos leva a afirmação de Roy Armes: “O cinema africano é fundamentalmente uma atividade e uma experiência pós-colonial” (In: MELEIRO, 2007: 143).

Thiong’o é um dos mais polêmicos defensores dos cinemas africanos. Para ele, o cinema desempenha um papel fundamental e é instrumento indispensável na missão da descolonização da mente. Defende acima de tudo um cinema político, propositivo, uma vez que: “Ao dar visibilidade ao invisível ou voz ao silencioso, o cinema africano deve proceder de tal maneira que o casamento entre forma e conteúdo crie uma harmonia prazerosa. O cinema africano deve prestar igual atenção ao princípio instrucional e ao prazer. Eles são inseparáveis” (In: MELEIRO, 2007: 28).

Um aspecto importante para o qual Ngugi Wa Thiong’o chama a atenção é para a questão da língua. Para ele a valorização das línguas africanas é um marco fundamental e indispensável do processo de descolonização, e nesse aspecto o cinema tem muito a contribuir. Nas palavras do autor:

Foi no cinema africano, pouco importa o que pensemos do conteúdo, que o personagem africano recuperou sua linguagem. É na tela que encontramos o povo africano falando sua própria língua, lidando com os problemas em sua própria língua e tomando decisões por intermédio de diálogos na língua materna. (In: MELEIRO, 2007: 31)

Sobre esse assunto, Ferid Boughedir aponta a existência de duas escolas de cinema, uma que defende, como Thiong'o, que o cinema africano só pode ser autêntico se falado em línguas africanas, e outra que, desencorajada pelo número de línguas locais, opta pelas línguas europeias por considerar seus fatores “unificadores”. Existe também uma questão mercadológica de que os filmes falados em línguas europeias têm mais chance de participar dos festivais europeus e terem uma projeção maior.

Os cinemas africanos da década de 1960 e 1970 refletem as intensas mudanças culturais e sociais que decorrem das reviravoltas políticas e econômicas do continente. Boughedir aponta alguns dos conflitos mais presentes nos filmes africanos:

Quatro tipos de conflitos são costumeiramente encontrados: o conflito entre a cidade e a aldeia; o da mulher ocidentalizada em contraste com a mulher que respeita as tradições; o da medicina moderna versus a tradicional; e o da arte endógena como mantenedora da identidade cultural e o da arte que se tornou commodity e objeto de consumo. (In: MELEIRO, 2007: 37-38)

Guy Hannebelle também propõe uma divisão de seis temas que serão abordados, sozinhos ou em conjunto, pelo cinema do período: O primeiro tema é a luta contra o *apartheid* sul-africano e contra o colonialismo. O segundo são os traumas da independência, chamado por Hannebelle de “doenças infantis”. O terceiro as desilusões com o futuro. O quarto tema é o êxodo rural. O quinto a condição feminina e o sexto o embate entre tradição e modernidade.

A abordagem dos temas também vai variar de acordo com duas tendências ideológicas manifestadas entre os cineastas. Em primeiro lugar uma tendência materialista-revolucionária, fortemente marcada pela concepção marxista. Nesse caso os cineastas têm uma preocupação em retratar a realidade, partindo dela para propor suas estratégias de transformação, sempre se apegando à necessidade de uma revolução coletiva.

A outra vertente é a idealista-moralista, onde a preocupação dos cineastas é em descrever algumas situações sociais, mas sem uma proposta mais geral de ação. Não se posicionam diante dos conflitos sociais, por acreditarem que a transformação social é possível pela reflexão individual, por isso, pretende primeiro mudar os homens e depois a sociedade.

O contexto de produção cinematográfica na África negra demanda uma forte carga política e ideológica nos seus primeiros anos de surgimento. Esses intelectuais estavam engajados em projetos que exigiam um compromisso com o momento histórico vivido. As sérias limitações de recursos atrapalharam, mas não impediram o surgimento de um cinema feito por africanos. Rumo à sua “descolonização da mente”, o cinema será um fator muito importante nas transformações sociais do período, uma vez que goza de um “intenso poder subversivo” como aponta Guy Hannebelle.

Volto agora a atenção especificamente pro caso da África Ocidental Francesa, para evitar o excesso de generalizações que podem distorcer o propósito do presente trabalho. A colonização francesa na África foi bastante distinta da inglesa e da portuguesa, como vimos anteriormente, e ainda assim existem algumas diferenças dentro do próprio universo da colonização francesa.

Apesar dos diferentes *status* de suas colônias, o sistema francês tinha a particularidade de propor a formação de africanos introduzindo suas bases culturais. O princípio da “assimilação” (tal como explicado anteriormente) permitia que, aqueles que conseguissem assimilar a cultura francesa (os *assimilés*), tivessem acesso a uma certa ascensão social e pudessem estudar, ocupando até mesmo cargos superiores na administração colonial. Como resultado dessa política colonial francesa, a África francófona criou laços mais fortes com as potências coloniais do que com os outros países da África anglófona.

Após as independências, a França tentou manter os vínculos com suas antigas colônias, se tornando uma das principais financiadoras do cinema que surge no período. Mas o envolvimento francês com suas ex-colônias não se baseia apenas em solidariedade, tal como observa D. B. C. O’Brien, citado por Roy Armes: “a verdadeira justificativa para o investimento da França na África pós-imperial, um investimento muito mais substancial que o oferecido pela Grã Bretanha a suas antigas colônias africanas, é a manutenção do prestígio nacional francês” (In: MELEIRO, 2007: 147).

A situação dos países da África francófona é profundamente marcada por essas contradições. De um lado a independência política, do outro as velhas estruturas sociais coloniais. De um lado a revalorização das línguas nativas, do outro a necessidade de manter o francês. De

um lado os contornos de um Estado moderno, de outro um modo de vida que pouco tinha se alterado desde o século XIX. Conflitos que compõe a cultura dos povos africanos e que se fará muito presente no cinema.

Era relativamente comum no âmbito do colonialismo francês a possibilidade de certa mobilidade social que gerou uma pequena elite intelectualizada que vinha crescendo ao longo dos processos de independência. No seio dessa elite surgem os cineastas africanos, “totalmente envolvidos – em sua vida e sua obra – com as ambiguidades desse processo. De fato, com sua cultura bilíngue, seus títulos universitários e sua formação no exterior, eles estão entre os membros mais brilhantes dessa elite” (In: MELEIRO, 2007: 148).

Acho interessante ressaltar que esses cineastas, “membros mais brilhantes dessa elite”, apesar de suas condições de assimilados, em posição de desfrutar privilégios e com toda a pompa de sua “herança” francesa, vão utilizar predominantemente as línguas locais em seus filmes, de certa forma renegando essa identidade francesa, e obviamente, irão se debruçar sobre a realidade africana, em um movimento de resistência ao “privilégio” concedido pela política de assimilação francesa.

Esse posicionamento assumido pelos cineastas da África francófona serve para ilustrar que a política de assimilação adotada pela França não deve ser interpretada como uma maneira mais humana de colonização, diferente da inglesa, da belga ou da portuguesa. O contato colonial é marcado pela violência, e essa violência é física e psicológica, não importa a proporção. A naturalização de qualquer tipo de dominação forçada através da atribuição de “humanidade” ao discurso ou à prática deve ser repudiada. Ainda que a colonização francesa tenha deixado para trás algumas diferenças atenuadas em relação aos outros modelos, a significativa resistência gerada demonstra que ela não era bem-vinda.

Mas mesmo diante de uma resistência cultural, os cinemas africanos que surgem após a luta anticolonial não podem prescindir do financiamento externo, uma vez que os Estados recém independentes não contam com um orçamento satisfatório para tais fins e possuem inúmeros outros desafios estruturais a serem resolvidos. Esse fator acarreta uma forte influência francesa nos anos que se seguiram, em toda a África francófona.

Falar de uma unidade dentro da África francófona seria simplista demais, mas é possível realizar algumas aproximações, principalmente no contexto pós-independência. Já foram expostas diversas diferenças culturais entre os países que compõe as antigas colônias francesas e o caso do Magrebe parece demandar atenção em separado da região sub-saariana. No entanto, Roy Armes, ao escrever sobre os cinemas que surgem nas ex-colônias francesas, dedica atenção especial aos casos da Argélia, do Marrocos, da Tunísia e parte da África negra, como pertencentes a um mesmo contexto de produção.

Essa aproximação parece improvável, considerando que a África negra inclui quatorze países⁵ originados de ex-colônias francesas abaixo do Saara, e de fato não se pode considerar o conjunto desses países dentro de um contexto de produção cinematográfica em comum. Mas devemos levar em consideração a observação de Armes: “Compartilho com o crítico tunisiano Hédi Khelil a crença de que os cineastas da Tunísia, Marrocos, Argélia, Mali, Burkina Fasso e Senegal são muito próximos uns dos outros nas questões que propõe e nas maneiras como as propõe” (In: MELEIRO, 2007: 153).

Essa proximidade se dá pelos seguintes fatores: primeiramente com relação ao financiamento da produção cinematográfica, principalmente apoiada no capital francês, uma vez que a França busca um estreitamento dos laços políticos e econômicos com suas ex-colônias. Em segundo lugar, tal como sugerido por Roy Armes na citação acima, é possível perceber uma convergência de propostas entre os cineastas ao norte e ao sul do Saara.

A África francófona foi a pioneira do cinema africano, mas diante das controvérsias que se relacionam ao cinema ao norte do Saara, acredito ser importante delimitar aqui o pioneirismo da região do Magrebe no período pós independência, considerado por alguns pesquisadores o início da cinematografia africana com o filme de Ahmedi Rachedi: *Dawn of the damned / L'aube dès damnés* (1965).

Um marco seguro ao sul do Saara é, certamente, o cineasta senegalês Ousmane Sembène com o primeiro filme produzido por um africano, sob a condição africana na região: *Black girl /*

⁵ Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Guiné-Conacri, Mali, Níger, Senegal, Togo, Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão e Chade.

La noire de ... (1966). Além do Senegal, mais dois países da África negra começaram suas produções cinematográficas ainda na década de 1960, Guiné e Costa do Marfim, sendo que, segundo Roy Armes, os dois filmes da Costa do Marfim foram produzidos por cineastas radicados na França. Na década de 1970 mais oito países dão início a suas produções cinematográficas.

Dois importantes impulsos para a produção cinematográfica desses países foram a organização de dois importantes festivais de cinema existentes até hoje: o *Journées Cinématographiques de Carthage* (JCC), em Túnis, criado em 1966, e o *Festival Panafricain du Cinéma de Quagadougou* (Fespaco) criado em Quagadougou em 1969. Diante dessas iniciativas, os cineastas africanos puderam se organizar e formaram a *Fédération Pan-Africaine des Cinéastes* (Fepaci), que concretizou sua primeira reunião em 1970 em Tunis e depois em 1975 em Argel. Outros encontros continuaram ao longo dos anos 1980, com a emissão de várias declarações e estatutos, ou seja, com o engajamento dos cineastas em várias causas pertinentes à condição africana.

Mesmo com todo o empenho em organização e com todo seu engajamento político, o trabalho dos cineastas africanos não conseguiu escapar na necessidade de financiamento por parte das iniciativas francesas ou dos próprios estados nacionais. É desnecessário descrever aqui os problemas que envolvem o financiamento francês, sendo obviamente preterido quando existe outra opção, e o governo assume um papel importante na produção, tal como demonstra Armes: “Na maioria dos países africanos francófonos, o governo ofereceu, em algum momento, apoio financeiro para alguns cineastas. E em alguns Estados, a relação de filmes financiados pelo governo é praticamente a lista integral dos filmes produzidos” (In: MELEIRO, 2007: 155).

Mas o financiamento por parte do Estado também apresenta problemas e impõe ao cineasta outros obstáculos, dessa maneira Roy Armes conclui:

Mas, o envolvimento com o financiamento cinematográfico tem sido acompanhado pelo controle estatal atrelado à liberdade de expressão. Em toda parte existe censura, declarada ou dissimulada. Alguns filmes só são lançados no mercado doméstico depois de atender às exigências dos órgãos de censura governamentais. (In: MELEIRO, 2007: 155)

Diante dessa realidade, os primeiros anos do cinema africano foram muito difíceis, seu pioneirismo lidou com a escassez de recursos e com obstáculos à liberdade criativa imposta pelos seus financiadores, mas isso não esmoreceu seus entusiastas. Motivados pela necessidade de inserir a África na tradição cinematográfica, os cineastas começaram a construir seus próprios retratos em movimento, apontando para a direção de um cinema independente e construtivo.

O cinema na África negra surge ligado ao contexto de descolonização. Pudemos observar que a ação dos agentes africanos no processo de libertação da África francófona, ainda que nem sempre com a necessidade de uma ruptura litigiosa, foi fundamental para seu desfecho. Assim como continuou sendo fundamental para a construção dos novos países recém independentes.

O esforço de criação de um cinema nacional de matriz africana está diretamente ligado aos projetos políticos de sua sociedade de origem, mas também refletem um sentimento compartilhado por boa parte dos povos africanos, por esse motivo o pan-africanismo está presente no discurso de boa parte dos cineastas do período.

A presença da esquerda francesa no poder, ainda que de forma inconstante e com pouca influência direta sobre a administração colonial, permitiu a organização e a introdução de ideias nas colônias que não se restringiram às elites, apesar destas, obviamente deterem boa parte do poder após a independência.

Os sindicatos, as artes, a democracia, o nacionalismo, o socialismo, ainda que reprimidos de tempos em tempos, tiveram entrada nas colônias francôfonas, e dentro do contexto colonial, serviram de eficazes ferramentas na luta pela emancipação dos povos africanos.

O cinema surge primeiramente na região de expressão francesa justamente pelo costume que os africanos cativaram nessa região de se apropriar para sua própria resistência das ferramentas que muitas vezes eram utilizadas pra subordiná-los, tal como a vasta tradição de filmes etnográficos (a grande maioria franceses) que se empenhavam em mostrar para o mundo o olhar europeu sobre os africanos, que até a independência política não podiam ter voz no cinema.

Referências Bibliográficas:

APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARMES, Roy. **African Filmmaking – North and South of the Saara**. Bloomington: Indiana University Press, 2006)

BAMBA, Mahomed. **O(s) Cinema(s) Africano(s): No singular e no plural**. In: Cinema Mundial Contemporâneo. BAPTISTA, Mauro; MASCARELLO, Fernando (orgs.). Campinas: Papyrus, 2008)

HANNEBELLE, Guy. **Os cinemas nacionais contra Hollywood**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ILIFFE, JOHN. **Os africanos – História dum continente**. Lisboa: Terramar, 1999

LAWRANCE, Benjamin; OSBORN, Emily; ROBERTS, Richard (Org.). **Intermediaries, Interpreters and Clerks – African employees in the making of colonial Africa**. Winsconsin: University of Winsconsin Press, 2006

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (editores). **História Geral da África – África desde 1935**. São Paulo: Cortez, 2011.

MELEIRO, Alessandra (org.). **Cinema no Mundo: África Volume 1 – Indústria, política e mercado**. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

THIONG’O, Ngugi Wa. **Decolonising the Mind – The Politics of Language in African Literature**. London: James Currey, 1997.